

A VISÃO DE CIÊNCIA E DE METODOLOGIA DE PESQUISA EM DIFERENTES PERSPECTIVAS E/OU “ESCOLAS” FILOSÓFICAS

Janete Magalhães Carvalho¹

RESUMO

O artigo pretende apresentar algumas características de “escolas” do pensamento filosófico contemporâneo, em sua relação com a visão de ciência e metodologia de pesquisa, a saber: o positivismo; o estruturalismo; a fenomenologia; o marxismo; a teoria crítica; o pós-estruturalismo. Concebe as aqui denominadas “escolas” como grandes “guarda-chuvas”, sob os quais se abrigam diferentes posicionamentos, não necessariamente excludentes, propondo, portanto, que as características pontuadas sejam lidas como indícios e/ou atratores de diferentes “campos gravitacionais” que ora se repelem, ora se atraem. Em cada uma das seis “escolas” aqui abordadas, o trabalho de análise enfoca as seguintes dimensões: a) visão de ciência; b) relação sujeito-objeto; c) critério de verdade; d) regularidade da realidade; e) neutralidade e objetividade; f) construção da ciência.

PALAVRAS-CHAVE: Escolas de pensamento filosófico. Ciência. Metodologia de pesquisa.

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; pós-doutora pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; professora associada do Departamento de Educação, Política e Sociedade e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: janeteme@ufes.br

O artigo pretende apresentar algumas características de “escolas” do pensamento filosófico contemporâneo, em sua relação com a visão de ciência e metodologia de pesquisa, a saber: o positivismo; o estruturalismo; a fenomenologia, o marxismo; a teoria crítica e/ou neomarxismo e o pós-estruturalismo.

De acordo com Pais (2003, p. 40), “[...] investigadores transformam-se em ouriços, enrolando-se como uma bola, eriçando espinhos, recusando tudo que contradiga suas verdades, fechados às novas concepções que perpassam a ciência”. Contrariamente a essa perspectiva, consideramos que é preciso ter capacidade de teorização para produzir conhecimento, não se devendo usar o quadro teórico de modo rígido e teimoso e, nesse sentido, apontamos algumas características vinculadas a distintas “escolas” filosóficas, reivindicando a busca de uma perspectiva epistemológica não comprometida com formas reificadas de produção do conhecimento.

No âmbito da formação sócio-histórica discursiva, são engendrados “regimes de verdade” nos quais se incluem os processos de produção do conhecimento, assim como as práticas discursivas e não discursivas que incidem na produção da pesquisa. Assim sendo, pontuamos, como Santos (2008), que, ao debater sobre a questão da douda ignorância em sua relação com o academicismo, questiona o subjetivismo e a baixa conexão com a problematização e a qualidade das respostas dadas às questões *praticodiscursivas* da vida, ou seja, respostas acadêmicas para problemas acadêmicos, redutores e afastados da problemática existencial concreta. Concordando com Santos (2008, p. 19), ao falar sobre como concebemos as características das diferentes abordagens filosóficas na pesquisa, pretendemos “[...] Identificar complementaridades e

cumplicidades onde as teorias e disciplinas vêm rivalidades e contradições”.

Procuramos, enfim, não efetivar nosso posicionamento pelo critério de adesão excludente, porém buscando destacar as características marcantes nos diferentes modos de produzir ciência, em sua relação com diferentes perspectivas filosóficas.

Pais (2003, p. 48) lembra que as teorias se assemelham “[...] a campos gravitacionais, ao agruparem-se em escolas, entretanto, não garantem a produção de novos conhecimentos científicos”. Assim, mais que classificar coisas e fenômenos ou analisá-los a partir do fechamento teórico em “campos gravitacionais”, importa manter a abertura e, desse modo, concebemos as aqui denominadas “escolas” como grandes “guarda-chuvas”, sob os quais se abrigam, o mais das vezes, diferentes posicionamentos. Propomos, portanto, que as características aqui pontuadas sejam lidas como indícios e/ou atratores de diferentes nuances das “escolas” aqui tomadas, de um modo bastante reducionista, como “campos gravitacionais” que ora se repelem, ora se atraem.

Em cada uma das seis “escolas” aqui abordadas (positivismo, estruturalismo, fenomenologia, marxismo, neomarxismo, pós-estruturalismo), buscamos focar as mesmas dimensões, a saber: a) visão de ciência; b) relação sujeito-objeto; c) critério de verdade; d) regularidade da realidade; e) neutralidade e objetividade; f) construção da ciência.

POSITIVISMO

Visão de ciência

A visão de ciência privilegia as ciências físicas e naturais (cientificismo) e transporta seus métodos e técnicas de

pesquisa para as ciências sociais e humanas, por entender que os dados empíricos refletem a realidade como tal (aparencialismo). A aparência corresponde à essência.

Relação sujeito-objeto

A relação sujeito-objeto é trabalhada de maneira dicotomizada com a intenção de garantir a isenção de juízos de valor, que viriam contaminar os resultados da pesquisa. A posição positivista é a de que seria possível uma manipulação objetiva do objeto, quer na perspectiva de que ele se impõe ao sujeito que o teria apenas que retratar, quer na perspectiva de que a sua manipulação não precisa deixar no objeto a marca do sujeito e da sociedade.

Critério de verdade

O critério de verdade se dá pela comparação de variáveis e pela confirmação ou rejeição de hipóteses.

Regularidade da realidade

A realidade é estática, encarada de maneira fotográfica e a-histórica. O desenvolvimentismo substitui a noção de historicidade.

Neutralidade e objetividade

O positivismo, acreditando na objetividade e na possibilidade de pesquisa isenta de juízo de valor, normatiza sua desvinculação dos interesses pessoais e da realidade subjetiva.

Construção da ciência

As pesquisas são produzidas baseando-se na lógica empírica, ou seja, no método experimental e na busca de relações de causa e efeito, assim como na medição de resultados (quantificação). O positivismo parte do pressuposto da unidade do método das ciências naturais e humanas e na possibilidade de obtenção de uma verdade definitiva e/ou de leis de caráter universal.

ESTRUTURALISMO

Visão de ciência e relação sujeito-objeto

O sujeito capta a essência do objeto ao descobrir a invariância de suas leis, contidas no fenômeno. Entretanto, o sujeito é ele próprio também determinado por leis naturais que o regem. A cultura ou o ambiente onde se desenvolve o sujeito não determinam o seu viver. O objeto funciona como signo ou significado diante de uma rede de relações predeterminadas, em que cada elemento se liga ao conjunto segundo certas leis subjacentes à estrutura desse conjunto.

Construção da ciência

O estruturalismo, conforme Dosse (1993), utiliza-se de modelos que considera, sempre, simplificadores, porque tentam cristalizar um núcleo concatenado e estável à superfície complexa da realidade. Isso porque acredita que a subjacência, sendo ordenada (estruturada) e simples, contém a explicação do fenômeno. Assim, a construção da ciência se processa por meio da utilização desses modelos cujos procedimentos se definem no método estrutural. Suas principais características são: levantar os fatos sociais na experiência (etnografia) e transportá-los ao laboratório; proceder ao esforço de representá-los sob a forma

de modelos, levando sempre em consideração não os termos, mas as relações entre os termos; tratar, a seguir, cada sistema de relações como um caso particular de outros sistemas, reais ou simplesmente possíveis, e procurar uma explicação generalizável no nível das regras de transformação, permitindo passar de um sistema a outro (etnologia).

Desse modo, é que o estruturalismo privilegia o aspecto relacional. O fulcro da pesquisa não é mais constituído pelos elementos em si, mas pelas relações que ocorrem entre eles.

O aspecto relacional do estruturalismo desemboca numa teorização geral das relações e/ou análise das sociedades em função de caracteres diferenciais próprios ao sistema de relações que as define. Destaca-se o intento formalizante que se prende à raiz do estruturalismo. A formalização seria, assim, o caminho da objetividade e da exatidão.

FENOMENOLOGIA

Visão de ciência

Ciência seria a busca da essência das coisas por meio da investigação racional. A busca da essência surge como um processo de redução fenomenológica em que o fenômeno se apresentaria livre dos elementos pessoais e culturais. O alcance da essência fundamenta o conhecimento e se processa na experiência e/ou experimentação.

Relação objetividade-subjetividade

Envolve a superação da dicotomia sujeito-objeto. A ideia fundamental e básica da fenomenologia é a noção de INTENCIONALIDADE. Essa intencionalidade é da consciência, que sempre está dirigida a um objeto. Isso tende

ao reconhecimento do princípio de que não existe objeto sem sujeito, embora a fenomenologia eleve a importância do sujeito no processo de construção do conhecimento.

Crítério de verdade

O critério é o resgate da essência, a partir da ideia (consciência intencionada). As essências se determinam por sua universalidade, de modo que o mundo que eu conheço – diz Husserl (1975) – é o mundo que pode ser conhecido por todos.

Regularidade da realidade

A ênfase está colocada no processo, e não simplesmente nos resultados. A fenomenologia estuda a realidade com o desejo de compreendê-la, descrevê-la, interpretá-la e fazer proposições, novas problematizações, ampliando o “círculo hermenêutico”.

Neutralidade/objetividade

O conhecimento é elaborado e reelaborado constantemente; o conhecimento é provisório. Conhecimento e conhecedor são interativos. Busca-se, portanto, objetividade por meio da intersubjetividade e descoberta da essência e/ou regularidade dos fenômenos.

Construção da ciência

O método fenomenológico (círculo hermenêutico: compreensão, interpretação, nova interpretação) se expressa pelo enfoque subjetivo-compreensivista, com ênfase na pesquisa de abordagem qualitativa (nas ciências humanas e

sociais, a etnometodologia e a ideia de observação participante estão ligadas à tradição fenomenológica).

Pelo conceito de intencionalidade, a fenomenologia opõe-se à filosofia positivista, visto que esta se encontra presa à visão objetiva do mundo. Contrapondo-se à crença na possibilidade de um conhecimento neutro e despojado de subjetividade e distante do homem, a fenomenologia propõe a retomada da humanização da ciência, estabelecendo uma nova relação entre sujeito e objeto, homem e mundo, considerados como polos inseparáveis.

MARXISMO

Visão de ciência

A ciência é construção social do conhecimento e da realidade em movimento. Considera a complexidade de fatores interferindo no fenômeno em estudo, considerando que qualquer conhecimento objetiva direta ou indiretamente o homem e a sociedade.

A concepção de ciência é histórica (materialismo histórico-dialético). O conhecimento científico é dinâmico; provisório (em função da história); histórico; parte da existência concreta, mas sem negar a teoria, praxístico, não neutro e, enfim, considera toda a síntese como superável.

Relação sujeito-objeto

Relação dialética de polos contrários (diferente de contraditórios) que produz o desenvolvimento e/ou movimento, inclusive o científico.

Critério de verdade

Todo conhecimento é ao mesmo tempo absoluto e relativo: a) essa contradição se resolve na ação do pensamento que se dirige para o desconhecido; b) a superação não significa supressão, de modo que a verdade absoluta seria o conjunto, a totalidade infinita de verdades relativas em todos os graus e escalas; c) como o pensamento dos indivíduos é sempre finito, isso se resolve pela sucessão das gerações humanas e pela cooperação dos indivíduos na obra coletiva que é a ciência (LEFEBVRE, 1983).

Regularidade da realidade

O marxismo busca a regularidade da realidade e/ou dos fenômenos, mas prioriza o processo. Parte do pressuposto da existência de uma determinação básica ou invariância subjacente: o fator econômico (infraestrutura) na produção social da existência material constituída pelas relações de produção.

Neutralidade/objetividade

Não há neutralidade, somente objetividade, visto que os cientistas devem se constituir como intelectuais engajados.

Construção da ciência

Segundo Lefebvre (1983), as características do processo de produção do conhecimento, na perspectiva marxista, seriam: a) dirigir-se à coisa mesma, procurando uma análise objetiva; b) apreender o conjunto das conexões internas de cada coisa, observando os aspectos e os momentos contrários, ou seja, a

coisa como totalidade e unidade de contrários; c) analisar a luta, o conflito interno das contradições, o movimento, a tendência; d) considerar sempre que tudo está ligado a tudo, que um aspecto insignificante pode vir a ser essencial; e) buscar captar as transições: transições dos aspectos e contradições, transições no devir; f) considerar que o processo de aprofundar o conhecimento é infinito; g) penetrar mais fundo do que a simples coexistência observada na riqueza do conteúdo, das conexões e dos movimentos; h) em certas fases do próprio pensamento, este deverá se transformar, se superar, modificar ou rejeitar uma forma, remanejar seu conteúdo.

TEORIA CRÍTICA (NEOMARXISMO)

Visão de ciência

A ciência é concebida como um produto da dinâmica do processo de desenvolvimento da sociedade. É uma construção coletiva, determinada pelos fenômenos sociais e orientada para a sociedade.

A construção do conhecimento tem como objetivo a emancipação do homem pela superação da realidade, da passagem de um estado de dominação para um estado de libertação, no qual teria destaque a tensão dialética entre infraestrutura e superestrutura.

Relação sujeito-objeto

A relação sujeito-objeto é dinâmica. Rente ao fenômeno social, o pesquisador não faz recortes da realidade, mas situa-se nela para compreendê-la em sua dinâmica e processo.

Critério de verdade

O conhecimento é uma atividade humana, construído pelo homem e, portanto, não absoluto, mas relativo.

Regularidade da realidade

A relação entre ciência e sociedade se dá por meio de um processo construído a partir de situações-problema que a ciência investiga. Essa relação é complexa, visto que o fenômeno social não se enquadra e nem se reduz a parâmetros exclusivamente científicos. A Teoria Crítica procura captar a dinâmica do processo dialético da realidade. A consciência crítica, a noção de totalidade, as referências do materialismo histórico-dialético, a percepção dos elementos que compõem e determinam a organização social, os processos de produção, a economia política, a compreensão dos fenômenos sociais acompanhada da autocritica e da autoreflexão permanente são critérios básicos para a construção de um novo conhecimento, de uma nova concepção de mundo. A ciência, na visão da Teoria Crítica, tem um compromisso histórico e político, e sua finalidade e relação com a sociedade se dão no sentido de criar uma teoria dirigida à mudança social. Tem como objetivo a emancipação do homem. A ênfase é no processo e não na busca de estruturas.

Neutralidade e objetividade

O objeto da ciência é o fenômeno social. Por ser dinâmico, flexível e histórico, a questão da objetividade deve levar em consideração a natureza e as relações nas quais o problema está envolvido.

Construção da ciência

Por questionar os pressupostos básicos da neutralidade e da objetividade, o neomarxismo tem como premissa: a) a realidade é múltipla e diversificada; b) sendo assim, não pode ser reduzida a parâmetros “controláveis e experimentáveis”; c) a pesquisa, como o conhecimento, é uma construção coletiva, mediatizada pela consciência crítica. Trabalha o conhecimento em processo de discussão, cujo objetivo é a produção de um discurso descritivo e interpretativo. Esse discurso visa a ser o instrumento de mudança e de emancipação dos seres humanos. Como a formulação do conhecimento nasce das interpretações concretas da teoria com a prática, e como não é possível fazer recortes estáticos da realidade, o problema é que define a metodologia a ser usada em cada situação de pesquisa, estando, entretanto, sempre em evidência a participação do pesquisador e dos sujeitos envolvidos na problemática em questão.

PÓS-ESTRUTURALISMO

Visão de ciência

Segundo Deleuze e Guattari (1992), são três as diferenças entre a filosofia e a ciência: a primeira diz respeito à maneira como ambas abordam o caos, visto que a filosofia procede por um plano de imanência ou de consistência e a ciência por um plano de referência; a segunda seria que a filosofia tem por consistência acontecimentos, ao passo que as funções científicas têm por referência estados de coisas e misturas; a terceira diferença aponta para a intensidade da experimentação como experiência do pensamento em filosofia. Devendo-se, entretanto, destacar a esse respeito que nenhuma criação existe sem experiência, na filosofia, na ciência ou nas artes.

A ciência não tem por objeto conceitos, mas funções que se apresentam como proposições nos sistemas discursivos. Os elementos das funções se chamam *functions*. Uma noção científica é determinada não por conceitos, mas por funções ou proposições. É essa ideia de função que permite às ciências refletir e comunicar.

Uma ciência não pode estar voltada com a produção de verdades absolutas, em interpretar o discurso e nem o que está por detrás dele, mas sim deve estar preocupada com os efeitos que essas funções poderão produzir.

Os saberes científicos, nessa perspectiva, estão sempre relacionados com as situações de poder. As ciências naturais nascem a partir do modelo do “inquerito” sobre o real. O “inquerito”, como “forma geral do saber”, organiza o saber empírico. Ou seja, o “inquerito” reorganiza o real, atualizando os acontecimentos, ordenando-os em relação de causa e efeito. Já o “exame” é um saber de vigilância, organizado em torno da norma pelo controle dos indivíduos ao longo de sua existência. O exame, como prática científica, funda o modelo das ciências humanas e sociais, interessadas em um controle dos processos de subjetivação. É o “olhar panóptico”, vigiando a existência humana (FOUCAULT, 1977).

Em suas considerações acerca da ciência, os autores pós-estruturalistas debatem o poder disciplinador da cientificidade e seus efeitos sobre o real social. Ressaltam, sobretudo, o caráter sempre regulador do poder e do saber, deslocando a tradicional relação sociedade e Estado para o interior das instituições onde se exerce o poder, quer relativo ao indivíduo, quer referente à sociedade, em sua configuração rizomática micropolítica (DELEUZE; GUATTARI, 1995).

Relação sujeito-objeto

Segundo o princípio da multiplicidade, que é um dos que regem o conceito de rizoma criado por Deleuze e Guattari (1995, p. 16), “[...] Uma multiplicidade não tem nem sujeito nem objeto, mas somente determinações, grandezas, dimensões, que não podem crescer sem que mude de natureza”. É como um tecido, uma trama, uma indeterminação.

Desse modo, a relação sujeito-objeto é indeterminada. O sujeito autocentrado, como sede da razão e do pensamento, é colocado em questão. O sujeito ou as subjetividades são produzidas a partir de modos de existência, de novas possibilidades de vida. Essa visão difere fundamentalmente da perspectiva da subjetividade como interioridade profunda, que se refere ao eu, ao sujeito, à identidade.

Essa perspectiva rompe com a visão dualista que separa sujeito e objeto, falso e verdadeiro, que remete à ideia de essência, de fundamento, de autêntico e de original, dando lugar à subjetividade como produção de diferenças em um espaço de criação e invenção, de movimento de forças e fluxos.

Neutralidade e objetividade

Nesse sentido, não existe neutralidade científica. Não há saber neutro, pois todo saber é político, porque tem suas condições e possibilidades fundadas em relações de poder. O pesquisador é captado pelo campo de estudo, envolvido nele, produzindo dados e sendo produzido. A ilusão de neutralidade científica, herdada do cientificismo, não é contemplada na perspectiva pós-estruturalista.

Não existe neutralidade e nem objetividade; é tudo um processo produzido aqui e agora. O que há são

atravessamentos de um plano a outro produzindo subjetividades.

Regularidade da realidade e critério de verdade

Para Deleuze e Guattari (1995, p. 8), “[...] As multiplicidades são a própria realidade”, visto que, pelos entrelaçamentos rizomáticos, seriam colocadas em conexão cadeias semióticas, organizações de poder, ocorrências que remetem às artes, às ciências, às lutas sociais, numa corrente que aglomera atos muito diversos, linguísticos, mas também perceptivos, mímicos, gestuais, cogitativos... Portanto no rizoma não existe regularidade da realidade e sim uma indeterminação do cotidiano vivido.

Desse modo, não existe uma única verdade nem uma única solução. O que existem são campos que produzem outros possíveis para novas subjetividades.

A realidade atrela-se aos fatos ou fenômenos, sendo e é intrínseca a eles. Vincula-se ao modo de ser das coisas, fora e independentemente da mente humana. Seria simples, se fosse possível explicar a realidade a partir do que ela é: o real, mas, infelizmente, tal explicação cai em um vício de linguagem, a tautologia – a realidade é o real, ou o real é a realidade? Eis o grande problema: interpretar, conceituar a realidade.

A visão pós-estruturalista, centrada em pensadores como Foucault, Deleuze, Guattari, dentre outros, trabalha com a perspectiva de que a verdade é uma produção inventada, estabelecida a partir das práticas humanas, não possuindo o caráter de universalidade ou transcendentalidade, pois resulta das práticas sociais vividas no cotidiano. Quando estas mudam, os critérios mudam, e a verdade se altera.

É a permanência das práticas sociais que consolida a verdade em determinado espaço-tempo, fixando, por exemplo, padrões morais a partir dos referenciais éticos. A regularidade, na perspectiva pós-estruturalista, é delimitada pela cartografia (acompanhamento de processos). É com o procedimento da cartografia que o pesquisador faz o “mapa” dos fluxos, dos movimentos, das práticas e saberes da sociedade. Dessa forma, constrói “redes” que constituem a realidade social. Quando esta é captada, produz-se a verdade.

Para o pós-estruturalismo, a verdade está naquilo que descrevemos, via o enunciado. As relações de poder, os sistemas políticos produzem verdades. Elas serão o que eles são. A verdade, construída, resulta do exercício do poder, estando, assim, suas raízes fixadas na dominação, no assujeitamento, nas relações de forças. É ilusório pensar a existência de uma verdade dissociada de um sistema de poder, dissociada do saber, fora das práticas humanas. Esses elementos não se opõem, ao contrário, integram-se.

Construção da ciência

A posição pós-estruturalista fixa-se na perspectiva de que o saber e o conhecimento estão intrinsecamente vinculados ao poder, não sendo possível determinar a natureza opressiva ou libertadora de um discurso apenas de maneira teórica. Ele deve ser investigado, a partir do presente, e em cada caso específico – o que tem que ser visto é como o poder é exercido. É isso se dará a partir de uma pesquisa genealógica, cartográfica, em que estão inseridos os saberes, fazeres e poderes.

O caminhar genealógico, em Nietzsche e em Foucault, constitui o ponto de partida para se desenvolver uma pesquisa em torno do saber e sua relação com o poder. Não se pode

perder a perspectiva de que, na visão pós-estruturalista, a relação de poder determina o mundo social, que, por sua vez, produz o saber, de onde emerge a verdade construída, que define a realidade. Não há, portanto, para o pós-estruturalismo, uma metodologia rígida voltada para a fixação de critérios de verdade. O que os procedimentos de pesquisa conseguem é estabelecer análises fragmentárias e descontínuas, totalmente transformáveis, mutáveis, conversíveis, como a própria vida.

INTERLOCUÇÕES POSSÍVEIS?

Ao iniciar este texto, falamos de diferentes perspectivas e/ou “escolas” filosóficas em suas relações com a visão de ciência e de metodologia de pesquisa, buscando afirmar o critério de adesão não excludente, ou seja, dos possíveis encontros entre tais perspectivas.

Nesse sentido, afirmávamos conceber as características das diferentes abordagens filosóficas na pesquisa como complementares, evidentemente, com graus diferenciados de aproximação e/ou afastamento.

Cabe, desse modo, questionar o pressuposto implícito nesta argumentação: a filosofia orienta a ciência e, conseqüentemente, a metodologia de pesquisa? Responderíamos que, de certo modo, sim, mas não por meio de uma relação hierárquica, visto partirmos do pressuposto do *coengendramento* entre filosofia, ciência e arte (DELEUZE; GUATTARI, 1992). Ao nos reportarmos à filosofia e à ciência, produzidas numa relação, apontamos para uma tarefa não muito simples, a saber: de que falamos quando nos referimos a uma e a outra? Não é algo evidente, nos dias de hoje, que a pesquisa seja entendida como a atividade mestra na produção de conhecimento científico, independentemente da área de

conhecimento a que nos referimos? Para quê, então, a preocupação com o designativo “filosófica” atado à pesquisa, no caso do presente tema?

A contribuição da filosofia nas discussões epistemológicas, éticas e políticas – apenas para citar algumas – é inegável. Nesse particular, Santaella (2001, p. 113) argumenta: “Antes de tudo, a pesquisa científica exige, pelo menos como pano de fundo, certo estado de alerta do pesquisador para as questões filosóficas, especialmente epistemológicas, sobre as leis que regem o conhecimento, sua busca, aquisição, validade, etc.”

Nessa direção, o filósofo Renato Janine Ribeiro (2005), analisando a renúncia da filosofia entre os pesquisadores nos anos 60 e 70, pontua que os temas essenciais da filosofia – ser, conhecimento, ética, política, arte – ressurgem desafiadoramente na atualidade. Isso ocorre diante dos temas ligados à Internet e ao mundo virtual num contexto não menos intrigante, o da mundialização, em que as relações humanas se veem diante das superpotências, da adesão ou não aos projetos globalizantes e do enfrentamento às hegemônias.

Com efeito, a análise que Ribeiro (2005) elabora diante desses traços comuns da atualidade, cruzados com as características de nossa cultura, chama a atenção para a contribuição dos nossos filósofos nessas discussões. Para ele, o debate tem sido empobrecido pela pouca inventividade das ideias, presos que estão pelo já sabido e consagrado na história da filosofia valorizando a forma técnica – porém, menos criativa – de apresentar uma nova leitura dos clássicos aos seus pares. Denuncia que temos subordinado a filosofia prática – a ética e a política – à ontologia e à teoria do conhecimento, movidos pela convicção na fragilidade da ação *versus* a permanência do ser e do conhecer e, com isso, favorecendo os estudos mais

sérios devotados aos conceitos e preferindo a coerência e a passividade.

A sugestão do autor é que os pesquisadores em filosofia possam ser capazes de debater no espaço público sobre os assuntos essenciais para a convivência social nos dias de hoje, tomando os temas atuais como seu objeto de estudo, não se contentando somente com as publicações, mas tornando-se capazes de dialogar “na praça” com os pesquisadores das mais diversas áreas. Isso seria o esperado como resultante do trabalho dos pesquisadores em sua relação com as distintas perspectivas filosóficas.

De outra maneira, Ribeiro (2005), assim como Santos (2008), aponta para a questão da douda ignorância em sua relação com o academicismo, questionando, de modo bastante próximo, a baixa conexão com a problematização e a qualidade das respostas dadas às questões *praticodiscursivas* da vida, ou seja, respostas acadêmicas para problemas acadêmicos, redutores e afastados da problemática existencial concreta. Dito de outro modo, a tensão entre ciência e filosofia é, em última instância, uma questão: como perspectivar, problematizar e dialogar nos espaços públicos os possíveis caminhos alternativos, nos diferentes campos ou áreas de conhecimento, em nosso caso, a área educação, que engendram a vida?

ABSTRACT

The paper aims at presenting some features of the “schools” of philosophical contemporaneous thoughts, regarding its relation with the vision of science and methodology of research, the knowledge: the positivism; the structuralism; the phenomenology; the Marxism; the critical theory; the post-structuralism. Hereby conceived the ones named “schools” as big “umbrellas”, under

different positioning are sheltered, not necessarily exclusionary, therefore proposing that the characteristics pointed are read as indexes and/or attractors of different “gravitational fields” that sometimes repel themselves, and sometimes attract themselves. In each one of the six “schools” here mentioned, the work of analysis focuses on the following dimensions: a) vision of science; b) subject-object relation; c) truth criteria; d) reality regularity; e) neutrality and objectivity; f) construction of science.

KEYWORDS: Philosophical thought schools. Science. Research methodology.

REFERÊNCIAS

- 1 DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992.
- 2 DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 1995.
- 3 DOSSE, Fernand. **História do estruturalismo: o campo do signo, 1945/1966**. São Paulo: Editora Ensaio, 1993.
- 4 FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- 5 FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- 6 HUSSERL, Edmund. **A idéia de fenomenologia**. Lisboa: Edições 70, 1975.
- 7 LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal/lógica dialética**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1983.

- 8 PAIS, José Machado. **Vida cotidiana**: enigmas e revelações. São Paulo: Cortez, 2003
- 9 SANTOS, Boaventura de Sousa. A filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascal. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 11-43, mar. 2008.
- 10 RIBEIRO, Renato Janine. Pode o Brasil renunciar a filosofar? In: SOUZA, José Crisóstomo de (Org.). **A filosofia entre nós**. Ijuí: Editora Unijuí, 2005. p. 89-108.
- 11 SANTAELLA, Lúcia. **Comunicação e pesquisa**: projetos para mestrado e doutorado. São Paulo: Hacker Editores, 2001.

Recebido em: 3-3-2010

Aprovado em: 20-3-2010